



Ministério Público Federal
5ª Câmara de Coordenação e Revisão

PAUTA DE REUNIÃO

Reunião	854ª Sessão de Coordenação da 5ª CCR				
Local da Reunião	Sala de Reuniões da 5ª CCR	Data	23/02/2015	Hora	14h
PAUTA					
<p>1. Ofício nº 1485/2014/OMPF (PGR-00301478/2014). Encaminha a Manifestação nº 20140071190 com sugestões acerca da qualificação dos servidores dos órgãos públicos municipais e estaduais, principalmente os pertencentes aos setores financeiros.</p> <p>2. Inquérito Civil nº 1.25.000.002304/2012-29. Indeferimento de instauração de inquérito civil público com arquivamento na origem. Posterior conversão do procedimento em inquérito civil público e remessa ao Núcleo Criminal e de Combate à Corrupção da PR/PA para apuração de improbidade administrativa. Encaminhamento dos autos à 5ª CCR sem promoção de arquivamento, levando em consideração apenas o arquivamento anterior à conversão em ICP.</p> <p>3. Consulta à 5ª CCR. Trata-se Inquérito Civil Público para apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos provenientes dos incentivos fiscais previstos na Lei Rouanet (nº 8.313/1991), transferidos à Opus Assessoria e Promoções Artísticas Ltda., para a execução dos projetos Concertos Comunitários 2008 (PRONAC 07- 9268) e Série Cultural Teatro Bourbon Country (PRONAC 07-11415). Sendo assim, a Procuradora da República signatária apresenta a presente CON- SULTA e requer manifestação da Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão quanto à matéria objeto do presente expediente: se afeta à 5ª CCR/Combate à Corrupção ou à 1ª CCR/Atos Administrativos.</p> <p>4. Consulta – Ofício PRM-RAO/DGO/TCOL/nº 272/2015 (PRM-RAO-SP-00001698/2015) Consulta encaminhada à 5ª CCR para análise de eventual ocorrência de irregularidades na edição de atos normativos relacionados à prestação de serviços dos profissionais de saúde. Legalidade da prestação e da remuneração de serviço público de saúde conforme regulamentado pelo Município. Modelos de recomendações do Grupo de Trabalho Operacional da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.</p> <p>5. Memorando nº 038/2015/2ª CCR, de 12/2/2015 - Minuta de nota técnica aprovada pela 2ª CCR sobre audiência de custódia e consulta sobre o interesse em aderir ao documento. Refere-se à realização de audiência de custódia, no prazo de 24h da prisão em flagrante, tema objeto do Projeto de Lei do Senado nº 554/2011, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares.</p> <p>6. Ofício nº 004/2015 - REL/SCI/PGR, de 13/1/2015 - Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Internacionais da</p>					

OCDE - terceira fase de avaliação do Brasil - recomendações relacionadas especificamente ao trabalho desenvolvido pelo MPF.

7. PGR-00189655/2014. Cópia do PP 1.17.000.001481/2012-60. Declínio Parcial. Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Espírito Santo – IPEM/ES. Supostas irregularidades. 1 – Esquema de cobrança de valores em desfavor de particulares (atividade de fiscalização de metrologia por delegação do INMETRO). IPL Instaurado. Continuidade das Investigações. 2 – Supostas irregularidades na contratação de engenheiro civil sem observância de procedimento licitatório. Apresentação de documento falso pelo profissional contratado. Ausência de atribuição federal. Voto pela homologação de declínio. (Voto Nicolao Dino Neto).

8. Ofício nº 1378/2014 – 4ª CCR (PGR-00291189/2014) encaminhado pela coordenadora da 4ª CCR, a suprocuradora-geral da República Sandra Cureau, com consulta acerca da formalização do Grupo de Trabalho Intercameral Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental e Oriental e Região Hidrográfica Parnaíba.

Tendo em vista a alteração da organização temática das Câmaras de Coordenação e Revisão, decorrente da Resolução nº 148, de 1º de abril de 2014, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o Colegiado entendeu que não remanesce interesse em integrar o Grupo de Trabalho Intercameral Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental e Oriental e Região Hidrográfica Parnaíba.

9. OFÍCIO Nº 339/2014 – 4º OCC/PRPE. Informa o teor do Requerimento Criminal nº 11/2014 – 4º Ofício de Combate à Corrupção que visa apurar a ocorrência de direcionamento em certames com o objetivo de fornecimento de pastilhas para tratamento da água distribuída pela Operação Pipa.

10. OFÍCIO Nº 004/2015 – REL/SCI/PGR (PGR-00004557/2015). Proposta de criação de grupo de trabalho com o fim de acompanhar a implementação da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE.

11. DESPACHO Nº67/2015/PFDC do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão à 5ª CCR por tratar-se de matéria afeta à preservação do patrimônio público. Encaminha o OF/PRM/NIT/AA/Nº 26/15 referente à situação das Instituições Privadas de Educação em funcionamento no país e a repercussão da questão nos cofres previdenciários.

12. Inquérito Civil nº 1.30.001.005421/2012-71 encaminhado pelo Procurador-Geral da República à 5ª CCR para apreciação do declínio promovido pelo membro do MPF. Suposta contratação irregular de escritórios de advocacia a despeito de concurso público ainda vigente para a contratação de advogados.